



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 59 DE 2024

Acrescenta os §§ 5º e 6º ao artigo 158 da Lei da Orgânica do Município de Bom Despacho.

A Câmara Municipal de Bom Despacho aprova:

Art. 1º. Ficam acrescentados ao artigo 158 da Lei Orgânica do Município de Bom Despacho – LOMBD – os parágrafos 5º e 6º.

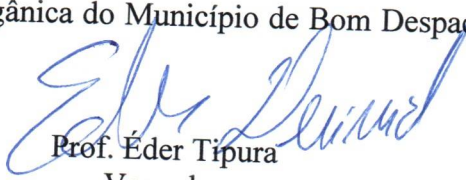
“Art. 158 - Compete ao Município, respeitadas as legislações federal e estadual, planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar serviços públicos de transporte coletivo e individual de passageiros, tráfego e sistema viário municipal.


(...)

§ 5º - Fica garantida a gratuidade no transporte público coletivo de passageiros no Município em dia de eleição em primeiro turno e em dia de eleição em segundo turno, quando houver.

§ 6º - Fica garantida a gratuidade no transporte público coletivo de passageiros no Município no dia do Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares de Bom Despacho.

Art. 1º. Esta emenda a Lei Orgânica do Município de Bom Despacho entra em vigor na data de sua publicação.


Prof. Éder Tipura
Vereador

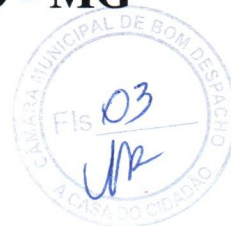
x 
Sâmara Diretora
Vereadora


Sildete Assistente Social
Vereadora


Paré
Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG



JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa garantir o exercício pleno da democracia por toda a população de Bom Despacho ao conceder a gratuidade do transporte público coletivo de passageiros nos dias em que forem realizadas as eleições.

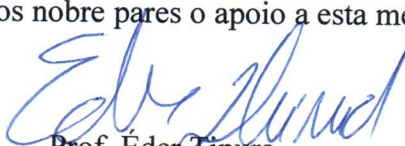
Não pode o exercício do direito de voto estar condicionado de qualquer maneira à situação socio-econômica do eleitor, devendo o Poder Público garantir que o pagamento de passagem seja um fator impeditivo da manifestação do voto.


A constitucionalidade da proposta é evidente, uma vez que o transporte público municipal é competência municipal.

Sobre a gratuidade, importante apontar a manifestação do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Roberto Barroso, que ao julgar a ADPF 1013 MC/DF, teceu as seguintes considerações:

"Por fim, ressalto que é altamente recomendável que todos os municípios que tiverem condições de ofertar o transporte público gratuitamente no dia das eleições o façam desde já. Nesse sentido, destaco o exemplo do Município do Rio de Janeiro, cujo prefeito anunciou, que concederá isenção tarifária aos passageiros nos dois turnos das eleições deste ano[1]. O Município de Porto Alegre, citado na inicial por ter revogado o passe livre anteriormente previsto, também se comprometeu a adotar providência semelhante, como informa nos autos o Ministério Público do Rio Grande do Sul, devendo-lhe, portanto, cumprimento. Embora não possa determinar, neste momento, a execução obrigatória de tal medida por todos os municípios do país, reconheço a importância da iniciativa e encorajo a sua adoção imediata conforme as possibilidades de cada ente."

Dessa forma, pedimos aos nobres pares o apoio a esta medida de fortalecimento da democracia.


Prof. Éder Tipura
Vereador

x 
Sâmara Diretora
Vereadora


Sildete Assistente Social
Vereadora


Pará
Vereadora